

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

I – REQUERIMENTO

Elaborado pelo estabelecimento de ensino para o(a) Secretário(a) de Estado da Educação.

II – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Indicação do nome do estabelecimento de ensino, de acordo com a vida legal do estabelecimento (VLE).

III - PARECER E RESOLUÇÃO DO CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

IV – JUSTIFICATIVA

O Curso Técnico em Enfermagem visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica e ao mesmo tempo ampliem as perspectivas do “fazer técnico” para que o estudante se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura. O curso foi estruturado de forma que ao final do 3º semestre possa-se conceder a certificação intermediária de Auxiliar de Enfermagem já que o conjunto de disciplinas e estágios realizados até então lhe propiciam condições de exercer esta atividade profissional.

A área da saúde ao democratizar-se com ampliação de cobertura pelo Sistema Único de Saúde e pela introdução de programas de proteção especial a diversos segmentos da população, bem como pela ampliação do Programa

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

Saúde da Família requisita cada vez mais profissionais qualificados e impõe permanente atualização.

Uma parcela da população jovem que concluiu o ensino médio e que não escolheu ou logrou continuar seus estudos a nível superior e que pretende ingressar no mundo do trabalho com uma capacitação que lhe amplie as possibilidades tem no Curso Técnico em Enfermagem, Subsequente, a oportunidade de fazê-lo a partir de uma proposta curricular que responde às exigências de formação para as novas demandas na área da saúde.

V – OBJETIVOS

- a) Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem.
- b) Oferecer um processo formativo que sustentado na educação geral obtida no nível médio assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional.
- c) Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.
- d) Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área de enfermagem com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.
- e) Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.
- f) Capacitar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem qualificados para exercer sua prática profissional orientada pelo saber técnico fundado no conhecimento científico consolidado e capaz de acompanhar os avanços das pesquisas na área da saúde.
- g) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que sejam capazes de identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde doença.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

- h) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que compreendam a dinâmica do Sistema Único de Saúde, seu processo de construção e determinantes históricos.
- i) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem capazes de atuar em equipe multiprofissional distinguindo a responsabilidade profissional de cada membro nos diferentes níveis de atendimento à saúde.
- j) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, com base teórico-prática, que sejam capazes de compreender e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde.
- k) Desenvolver conhecimento técnico, científico e humanístico que permitam cuidar de indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidade, durante todo o processo vital, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.
- l) Desenvolver capacidade de reflexão, de trabalho em equipe, de flexibilidade e de resolução de problemas no ambiente de trabalho.
- m) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem capazes de responder às demandas de diferentes grupos sociais, respeitando as diferenças culturais, sociais, étnicas e econômicas envolvendo-se na definição das estratégias de atenção e cuidados formuladas de forma participativa e solidária com o usuário da saúde.

VI – DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Forma: Subsequente

Carga Horária do Curso: 1200 horas mais 640 horas de Estágio Profissional Supervisionado

Regime de Funcionamento:

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

1º SEMESTRE

Proposta 01 – 05 dias na semana com 3,333 horas diárias em 96 dias, totalizando 320 horas semestrais.

Proposta 02 – 04 dias na semana com 4,166 horas diárias em 77 dias, totalizando 320 horas semestrais.

2º e 3º SEMESTRES

Proposta 01 – 05 dias na semana, distribuídos da seguinte forma:

- 04 dias com 3,333 horas diárias (77 dias)

- 01 dia com 2,5 horas diárias (19 dias)

Totalizando 304 horas semestrais em 96 dias

Proposta 02 – 04 dias na semana, distribuídos da seguinte forma:

- 03 dias com 4,166 horas diárias (58 dias)

- 01 dia com 3,333 horas diárias (19 dias)

Totalizando 304 horas semestrais em 77 dias

4º SEMESTRE

04 dias na semana, distribuídos da seguinte forma:

- 03 dias com 3,333 horas (58 dias)

- 01 dia com 4,166 horas diárias (19 dias)

Totalizando 272 horas semestrais em 77 dias

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas: 40 por turma. (Conforme m² - mínimo 30 ou 40)

Período de Integralização do Curso: Mínimo de 04 (quatro) semestres letivos e máximo de 10 (dez) semestres letivos

Requisitos de Acesso: Conclusão do Ensino Médio e idade igual ou superior a 18 anos no ato da matrícula

Modalidade de Oferta: Presencial

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

VII - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

O **Auxiliar em Enfermagem**, detém conhecimentos técnicos-científicos, que lhe permitem participar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Atua na observação, reconhecimento, descrição de sinais e sintomas executando ações de tratamento simples, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, em equipe de enfermagem e multiprofissional com a supervisão do enfermeiro. Desenvolve atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias. Orienta e prepara o paciente para exames. Realiza curativos, administração de medicamentos e vacinas, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação dos sinais vitais, dentre outros.

O **Técnico em Enfermagem** detém conhecimentos científico-tecnológicos que lhe permitem participar de forma consciente na sociedade e no mundo do trabalho. Atua nos diferentes níveis de atenção à saúde, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, em equipe de enfermagem e multiprofissional com a supervisão do enfermeiro. Realiza curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais. Auxilia a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença. Prepara o paciente para os procedimentos de saúde. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos e gravemente enfermos. Aplica as normas de biossegurança.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

VIII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO:

a. Descrição de cada disciplina contendo ementa

1 ANATOMIA E FISIOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM

Carga Horária: 64 horas

EMENTA: Estudo das estruturas dos órgãos e fisiologia dos sistemas que compõem o corpo humano.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Corpo Humano	1.1 Constituição (células, tecidos, órgãos e sistemas); 1.2 Divisões e planos
2 Sistema Músculo Esquelético	2.1 Ossos 2.2 Músculos 2.3 Cartilagens 2.4 Articulações
3 Sistema Tegumentar	3.1 Estrutura da pele 3.2 Células 3.3 Anexos
4 Sistema Respiratório	4.1 Estrutura das vias aéreas superiores e inferiores 4.2 Fisiologia da respiração
5 Sistema Circulatório	5.1 Estruturas e órgãos do sistema 5.2 Fisiologia do sistema circulatório 5.3 Sistema linfático 5.4 Sistema Imunológico
6 Sistema Digestório	6.1 Estruturas e órgãos do sistema. 6.2 Fisiologia do sistema digestório.
7 Sistema Urinário e Excretor	7.1 Estruturas e órgãos 7.2 Fisiologia do sistema urinário
8 Sistema Nervoso	8.1 Divisão 8.2 Célula nervosa de neuroglia 8.3 Fisiologia da neurotransmissão

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

9 Órgãos do Sentido	9.1 Visão 9.2 Paladar 9.3 Audição 9.4 Tato 9.5 Olfato
10 Sistema Endócrino	10.1 Glândulas, localização e função 10.2 Hormônios
11 Sistema Reprodutor	11.1 Anatomia dos órgãos 11.2 Fisiologia do sistema 11.3 Reprodução

BIBLIOGRAFIA

AMABIS, J. Mariano; MARTHO, Gilberto R. **Fundamentos da biologia moderna**. São Paulo: Moderna, 1999.

FRITSCH, Helga. **Anatomia: texto e atlas. Esplanctologia**. Tradução: Geraldo Jose Medeiros Fernandes, 9. ed. Revisada- Porto Alegre: Artmed, 2008.

GARDNER, Ernest, et al. **Anatomia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1998.

GARDNER; GRAY; O'RAHILLY. **Anatomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1971.

GONÇALVES, R.P.; FERREIRA, A L.M.; VALDER, R. de. **Anatomia para Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

GUYTON, H. **Tratado de fisiologia médica**. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 1999. Anatomia e Fisiologia Humana. Curitiba: ETECLA, 1983

KAHLE, Werner, **Anatomia: texto e atlas. Sistema nervoso e órgãos dos sentidos**). Tradução: Geraldo Jose Medeiros Fernandes, 9. ed. Revisada- Porto Alegre: Artmed, 2008.

KAWAMOTO, E.E. **Anatomia e fisiologia humana**. São Paulo: EPU, 1988.

MARQUES, E.C.M. **Anatomia e fisiologia humana**. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015.

PLATZER W. **Anatomia: texto e atlas. Sistema locomotor**. Tradução: Geraldo Jose Medeiros Fernandes, 9. ed. Revisada- Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOBOTTA. **Atlas de anatomia humana**. Tradução de WERNEK, H. – 21. ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan S.A. vol. 1 e 2, 2000.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

VON BRANDIS, H.J. **Anatomia e fisiologia para profissionais da equipe de saúde.** São Paulo: EPU, 1977.

2 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Carga horária: 96 horas

Ementa: Estudo do acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e parâmetros vitais. Atualização do calendário vacinal da criança e do adolescente. Introdução à assistência integral e humanizada de enfermagem à criança e adolescente.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Pediatria	1.1 História, organização, estrutura e funcionamento da unidade pediátrica 1.2 Políticas públicas de atendimento à saúde da criança e do adolescente 1.3 Estatuto da criança e do adolescente
2 Crescimento e Desenvolvimento da Criança a partir de 28 dias até Adolescência	2.1 Puericultura 2.2 Revisão do calendário vacinal 2.3 Fases de Desenvolvimento
3 Programa de Assistência Integral e Humanizada à Saúde da Criança, do Adolescente e do Escolar	3.1 Nutrição infantil 3.2 Alimentação do lactente, da criança e do adolescente 3.3 Higiene 3.4 Prevenção de acidentes na infância 3.5 Violência na infância 3.6 Gravidez na adolescência 3.7 Infecção Sexualmente Transmissível (IST)
4 Assistência de Enfermagem nas Afecções Clínicas e Cirúrgicas	4.1 Principais patologias e síndromes da infância 4.2 Recreação e Ludoterapia
5 Medicamentos em Pediatria	5.1 Cálculo, diluição, rediluição e administração de medicamentos

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Série B. Textos Básicos de Saúde)** Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunização: 40 anos.** Brasília, 2013.

COLLET, N.; OLIVEIRA, B.R.G.; **Manual de Enfermagem em Pediatria.** Goiânia, Goiás: AB 2002.

FOCACCIA e VERONESI. **Tratado de Infectologia.** 4. ed. São Paulo: Atheneu 2009.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. **Brunner e Suddart – Tratado de enfermagem médico – cirúrgica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

TIMBY, B.K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem.** 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

VIEGAS, D. **Neonatologia para o estudante de pediatria e de enfermagem pediátrica.** São Paulo: Atheneu, 1996.

VOLPATO, A.C.B.; PASSOS, V.C.S. **Técnicas básicas de enfermagem.** 4. ed. São Paulo: Martinari, 2014.

WALEY, L.F.; WONG, D. L. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais a intervenção efetiva.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

WONG, Donna L. **Enfermagem Pediátrica.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1999.

3 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES CRÍTICOS

Carga horária: 80 horas

Ementa: Descrição da Estrutura, Organização e Funcionamento das Unidades de Atenção ao Paciente Crítico e Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Desenvolvimento da Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente crítico nas diferentes fases do ciclo vital.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Organização, Estrutura e Funcionamento das Unidades de Internação de Alta Complexidade (UTI, Hemodiálise e Oncologia)	1.1 Planta física 1.2 Estrutura e funcionamento 1.3 Dimensionamento de pessoal 1.4 Equipamentos 1.5 Admissão, Alta e Transferência 1.6 Especialidades e complexidade
2 Humanização em Unidades de Atendimento ao Paciente Crítico – Diretrizes	2.1 Assistência integral e humanizada de enfermagem na recuperação e reabilitação da saúde do adulto em situação de alto risco
3 Relacionamento Interpessoal	3.1 As relações interpessoais com o usuário, família e equipe multidisciplinar frente à situação de alta complexidade
4 Assistência de Enfermagem Intensiva nas Afecções Clínicas e Cirúrgicas mais Comuns, de Acordo com o Perfil Epidemiológico Regional	4.1 Cuidados intensivos ao paciente em situações de: TCE, IAM, ICC, DPOC, Edema agudo de Pulmão, AVE, Hemorrágico e Isquêmico, Trauma raquimedular, Embolia, Intoxicações, Arritmias cardíacas, Crise Epilética, Broncoespasmo, Asma e Bronquites, Hemorragia Digestiva Alta, Hemorragia Digestiva Baixa, Acidose e alcalose – Distúrbios Ácidos Básicos Diabetes Insípida
5 Apoio Diagnóstico a Pacientes Críticos	5.1 Laboratoriais – Gasometria e Hemodinâmica
6 Pacientes Oncológicos	6.1 Quimioterapia e Radioterapia: assistência
7 Cuidados Paliativos	7.1 Assistência Integral ao Usuário Terminal e os Cuidados com o Pós Morte
8 Hemodiálise e Diálise	8.1 Assistência Integrada e Humanizada em Hemodiálise
9 Monitores e Equipamentos	9.1 Assistência integral e humanizada de enfermagem em monitorização multiparamétrica e ventilação mecânica
10 Nutrição Parenteral	10.1 Administração e Cuidados de Enfermagem com Nutrição Parenteral – total e parcial Hemocomponentes e infusões
11 Hemotransfusão	11.1 Assistência de Enfermagem na Instalação e monitorização da hemotransfusão

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

12 Queimaduras	12.1 Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente queimado
13 Morte Encefálica e Transplante de Órgãos e Tecidos	13.1 Assistência de enfermagem integral e humanizada no diagnóstico de morte encefálica, processo de transplante de órgãos e tecidos

BIBLIOGRAFIA

ASPERHEIM, M.K- **Farmacologia para enfermagem**. 7. ed. .Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

CARVALHO, A . B. R. de (org.) et al. **Rotinas de neonatologia**. Londrina: EDUEL, 2002.

CASTELLI, M. **Enfermagem no centro de terapia intensiva pediátrica**. São Paulo: Rocca, 1998.

CINTRA, E. A ; NISHIDA V. M.; NUNES, W. A; **Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual do Núcleo de Capacitação de Órgão. In: **Protocolos da unidade de emergência**. 10. ed., 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Protocolo de gestão de alto risco**. 3. ed. Curitiba: SESA, 2002.

RBT: **Registro Brasileiro de Transplantes**. Disponível em:
<<http://www.abto.org.br/abto03/default.aspx?mn=457&c=900&s=0>>.
Acessado em: 28 abr. 2016.

SWEARINGEN, P.L.,HOWARD, C.A. **Atlas fotográfico de procedimentos de enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2001.

UENISHI, E.K. **Enfermagem médico-cirúrgica em Unidade de Terapia Intensiva**. São Paulo: SENAC, 1994.

VIANA, R. A. P. P. **Enfermagem em terapia intensiva**. Práticas Baseadas em Evidências. São Paulo: Atheneu, 2012.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

4 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER

Carga horária: 96 horas

Ementa: Fundamentação da Assistência integral e humanizada de enfermagem nas afecções ginecológicas, no ciclo gravídico, puerperal e o conceito até 28 dias e nas complicações obstétricas e climatério. Estudo e assistência de enfermagem nas complicações Obstétricas e Puerperal.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Unidades Obstétrica e Neonatal	1.1 Organização, Estrutura e Funcionamento 1.2 Procedimento Operacional Padrão (POP) 1.3 Manuseio dos equipamentos específicos do setor: incubadora, fototerapia, berço aquecido, bolsa valva máscara, laringoscópio, balança e outros
2 Saúde da Mulher e Gênero	2.1 Anatomia do sistema reprodutor feminino e masculino 2.2 Fisiologia do ciclo menstrual 2.3 Hormônios 2.4 Terminologias
3 Políticas Públicas de Atenção à Saúde da Mulher	3.1 PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher 3.2 Portaria nº 11, de 7 de janeiro de 2015 3.3 Pré-natal fisiológico e alto risco 3.4 Data da última menstruação, data provável do parto, idade gestacional
4 Saúde Reprodutiva e Planejamento Familiar	4.1 Métodos contraceptivos 4.2 Fecundação 4.3 IST/AIDS
5 Gravidez	5.1 Diagnóstico da gravidez: sinais de probabilidade, presunção e certeza 5.2 Mudanças anatômicas e fisiológicas da gestação 5.3 Hormônios envolvidos na gestação 5.4 Assistência de enfermagem nas alterações fisiológicas da gestação
6 Desenvolvimento Fetal	6.1 Fases do desenvolvimento mês a mês

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

7 Intercorrências no Ciclo Gravídico	<p>7.1 Primeiro Trimestre: Síndromes hemorrágicas, infecção do trato urinário, gestação molar, coriocarcinoma, hiperemese gravídica</p> <p>7.2 Segundo Trimestre: polidrâmnio</p> <p>7.3 Trabalho de parto prematuro</p> <p>7.4 Terceiro Trimestre: DHEG doença hipertensiva específica da gestação</p> <p>7.5 Prolapso de cordão, Gestação pós datismo, embolia por líquido amniótico, gestação múltipla, óbito fetal, diabetes gestacional, isoimunização por fator RH</p>
8 Aleitamento Materno	<p>8.1 Anatomia e fisiologia da mama</p> <p>8.2 Hormônios envolvidos</p> <p>8.3 Fases do leite</p> <p>8.4 Posições para amamentação</p> <p>8.5 Complicações da amamentação, mastite, fissura, ingurgitamento</p> <p>8.6 Orientações sobre amamentação</p>
9 Parto	<p>9.1 Assistência de enfermagem nas fases do trabalho de parto: dilatação, expulsão, dequitação e Greemberg</p> <p>9.2 Tipos de parto: normal, natural e cirúrgico</p> <p>9.3 A assistência de enfermagem nas medidas não farmacológicas no alívio da dor no trabalho de parto</p> <p>9.4 Mecanismos do trabalho de parto: insinuação, encaixamento, descida, flexão, rotação interna, deflexão, rotação externa e expulsão</p>
10 Assistência Integral e Humanizada de Enfermagem ao Recém-nascido	<p>10.1 Cuidados imediatos no Centro Obstétrico ao recém-nascido – Apgar e Capurro</p> <p>10.2 Prevenção da hipotermia</p> <p>Credeização</p> <p>10.3 Estímulo ao aleitamento materno</p> <p>10.4 Avaliação dos reflexos neurológicos</p> <p>10.5 Triagem neonatal</p> <p>10.6 Hiperbilirrubinemia</p>
11 Puerpério	<p>11.1 Assistência de enfermagem no puerpério imediato, mediato e tardio</p> <p>11.2 Modificações no organismo pós-parto</p> <p>11.3 Complicações obstétricas: hemorragia, infecções puerperais, trombose TVP</p>

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

12 Medicamentos mais Utilizadas nas Unidades Obstétricas e Neonatais	12.1 Farmacocinética – ação da droga 12.2 Posologia 12.3 Indicação 12.4 Efeitos colaterais
13 Assistência Integral e Humanizada à Saúde da Mulher	13.1 Afecções ginecológicas 13.2 Ações preventivas – Papanicolau, autoexame de mamas Imunização 13.3 Climatério e menopausa 13.4 Violência contra a mulher

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Rosimeire Sartori de. **Obstetrícia: estudos com enfoque no nascimento com cuidado**. São Paulo: Martinari, 2008.

Anticoncepção: manual de orientação. Disponível em:
<http://www.febrasgo.com.br/> ou <http://www.anticoncepção.com.br>.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Assistência Pré-Natal**, Manual Técnico. 5. ed. Brasília, DF, 2000.

BURROUGHS, A. **Uma Introdução à Enfermagem Materna**. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas.1995.

CARVALHO A. B. R. de (org.) et al. _ **Rotinas de Neonatologia**. Londrina: EDUEL, 2002.

COLLET, N. ROCHA, S. M. M.. **Transformações no Ensino das Técnicas em Enfermagem Pediátrica**. Goiânia: AB, 1996.

FONSECA, JANICAS R.C.S.V. **Saúde Materna e Neonatal**. São Paulo: Martinari, 2014.

HALBE,H.W. **Tratado de Ginecologia**. Edição revisada. São Paulo: Roca.1990.

KENNER, C.; **Enfermagem Neonatal**. [trad. Da 2. Ed. Original]; revisão técnica, Maria Isabel Carmagnani – Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso editora, 2001.

KING, F.S. **Como Ajudar as Mães a Amamentar**. Londrina: UEL, 1991.

LARGURA, M. **Assistência ao Parto no Brasil**. São Paulo, 1998.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

LOURO, L.G. **Gênero, Sexualidade e Educação- Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1998.

MARIN, H. de F.; PAIVA, M.S.; BARROS, S.M.O de. **Aids e Enfermagem Obstétrica**. São Paulo: EPU, 1991.

MARTINS FILHO, J. **Como e Porque Amamentar**. São Paulo: Sarvier, 1984.

REGO, J.D. **Aleitamento Materno**. São Paulo: 2002.

REZENDE, J. de. **Obstetrícia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

SILVA, Janize C. **Manual obstétrico: um guia prático para a Enfermagem**. São Paulo: Corpus, 2011.

VIEGAS, D. **Neonatologia para o Estudante de Pediatria e de Enfermagem Pediátrica**. São Paulo: Atheneu, 1996.

ZIEGEL, E.E.; CRANLEY, M. S. **Enfermagem Obstétrica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.

5 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CIRÚRGICA

Carga horária: 80 horas

Ementa: Estudo da Estrutura, organização e funcionamento da Unidade Cirúrgica, Centro Cirúrgico e Recuperação anestésica. Assistência integral e humanizada de enfermagem à pacientes cirúrgicos nos períodos pré, trans e pós-operatório. Processamentos de artigos odonto-médico-hospitalares, Central de Materiais e Esterilização – CME.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Centro Cirúrgico e Recuperação Pós-operatória	1.1 Estrutura, Organização e Funcionamento da Unidade Cirúrgica 1.2 Zoneamento ou bloco operatório. 1.3 Tempo cirúrgico 1.4 Tipos de cirurgia quanto à especialidade 1.5 Atribuições da equipe cirúrgica 1.6 Paramentação e instrumentação cirúrgica 1.7 Tipos de Anestesia

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

2 Enfermagem Cirúrgica	2.1 Terminologias cirúrgicas 2.2 Aspectos biopsicossocial do paciente cirúrgico nos diferentes ciclos de vida 2.3 Relações interpessoais com o cliente, família e a equipe multidisciplinar 2.4 Classificação das cirurgias quanto à indicação, finalidade e potencial de contaminação 2.5 Fatores de risco para infecção cirúrgica: ligadas ao paciente, ambiente, material e equipe
3 Pacientes Cirúrgicos nos períodos Pré-Operatório, Transoperatório e Pós-Operatório	3.1 Assistência integral e humanizada de enfermagem no período pré-operatório: admissão, exames pré-operatórios, preparo e transporte do paciente ao centro cirúrgico 3.2 Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente durante a recuperação anestésica e pós-operatório 3.3 Cuidados de enfermagem com: curativos, drenos, sondas, estomas, trações e outros 3.4 Educação em saúde, orientação para alta hospitalar
4 Artigos Odonto Médico Hospitalares – Central de Materiais e Esterilização – CME	4.1 Organização, estrutura e funcionamento da central de material e esterilização 4.2 Processamento e reprocessamento de artigos e controle da qualidade nos diferentes serviços de saúde 4.3 Classificação das CME 4.4 Limpeza, descontaminação e desinfecção

BIBLIOGRAFIA

BERRY, E.C.; KOHN, M. L. A. **Técnica na Sala de Operações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1977.

BEYERS, M. **Enfermagem Médico-Cirúrgica: Tratado de Prática Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

BROOKS, S.M. **Enfermagem na Sala de Cirurgia**. 2. ed. Rio de Janeiro : Interamericana, 1980.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica** . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. v.1 e 2.

CAMPBELL, D.; SPENCE, A. A. A. **Anestesia, Reanimação e Cuidados Intensivos**. Mem Martins: Europa-America, 1975.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

Dicionário de Especialidades Farmacêuticas: DEF 03/04. 27. ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.

DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. **Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979. Enfermagem Ortopédica. São Paulo: Icone, 1996.

FERNANDES, T.; FERNANDES, M.; FILHO, N.R. **Infecção Hospitalar e suas Interfaces na Área da Saúde**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FISCHBACH, F. **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

JORGE, S. S ; DANTAS, S. R. P. E. **Abordagem Multiprofissional do Tratamento de Feridas**. São Paulo: Atheneu, 2003.

JUNQUEIRA, M. S. e col. **Acondicionamento de Materiais Hospitalares: Pontos Importantes a serem Observados. [s.l.]: Enfoque, [19--]**.

KAWAMOTO, E. E. **Enfermagem em Clínica Cirúrgica**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2008.

LACERDA, R.A. et al. **Buscando Compreender a Infecção Hospitalar no Paciente Cirúrgico**. São Paulo: Atheneu, 1992.

LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.

MEEKER, M. H.; JANEK, R. **Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

MEEKER, M. H.; ROTHROCK, J.C. Alexander: **Cuidados ao Paciente Cirúrgico**. 10. ed. Trad. ARAÚJO, C.L.C. de; CABRAL, I.E. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1997.

MOURA, M.L.P. de A. **Enfermagem em Centro de Material e Esterilização**. 8. ed. Ver. e Ampl. – São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006 – **(série Apontamentos)**.

MURTA, G.F. **Saberes e praticas**: guia para ensino e aprendizado de enfermagem. 6.ed.São Paulo. Editora Difusão, 2010. 5v.

ROGANTE, M.M.; FURCOLIN, M.I.R. **Procedimentos Especializados de Enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2000.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

SAMANA, G., ED.. **Enfermagem no Centro Cirúrgico**. São Paulo: Andrei, 1986. 2v.

SILVA, M. D'A.A.; RODRIGUES, A. L.; CEZARETI, I. U. R. **Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1982.

SOBECC – Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização – **Práticas Recomendadas: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 3. Ed. revisada e atualizada. 2007.

6 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CLÍNICA

Carga horária: 112 horas

Ementa: Estudo da estrutura e organização e funcionamento das unidades de internação geral e especialidades. Assistência integral e humanizada de enfermagem ao adulto e ao idoso que apresentam alterações clínicas, relacionando com o perfil epidemiológico regional. Cuidados de Enfermagem a paciente no preparo, durante e após a realização de exames diagnósticos.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Unidades de Internação Geral e Especialidades	1.1 Organização, estrutura e funcionamento das unidades de internação geral e especialidades
2 Integralidade e Humanização de Enfermagem ao Adulto e ao Idoso	2.1 Terminologia clínicas 2.2 Cuidados de enfermagem nos diferentes tipos de dietas 2.3 Administração de medicamentos, soroterapia, hemoterapia e interação droga nutriente 2.4 Assistência integral e humanizada de enfermagem nas afecções clínicas mais comuns ao adulto e ao idoso de acordo com o perfil epidemiológico regional 2.5 Sistema Cardiovascular – hipertensão arterial, insuficiência cardíaca congestiva, Infarto agudo do miocárdio, doença de chagas, úlcera vascular, e outras 2.6 Endócrino – diabetes, alterações tireoidianas

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

	2.7 Neurológico – Acidente Vascular Encefálico, Parkinson, Alzheimer 2.8 Respiratório – pneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma, bronquite 2.9 Digestório – esofagite, úlceras gástricas, gastrite 2.10 Sistema Urinário – Insuficiência renal aguda e crônica, infecção urinária, litíase e outras 2.11 Oncológicas – cuidados paliativos 2.12 Doenças autoimunes 2.13 Orientação e preparo do paciente/família para a alta hospitalar
3 Exames Diagnósticos	3.1 Cuidados de Enfermagem nos exames e diagnósticos – exames laboratoriais, RAIOS X, USG, ECG, EEG

BIBLIOGRAFIA

BELAND, I. L.; PASSOS, J.Y. **Enfermagem Clínica: Aspectos Fisiopatológicos e Psicossociais**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1978-79. 3v.

BEYERS, M. **Enfermagem Médico-cirúrgica: tratado de prática clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

BRASIL. **Estatuto do Idoso e Legislação Correlata**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico – Cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011 v. 1 e 2.

BURNSIDE, I.M., ED. **Enfermagem e os Idosos**. São Paulo: Organização Andrei, 1979.

CAMPEDELLI, M.C; GAIDZINSKI, R. R. **Escara: Problema na Hospitalização**. São Paulo: Ática, 1987.

Dicionário de Especialidades Farmacêuticas: DEF 03/04. 27. ed. Rio de Janeiro: Ed. Pub. Científicas, 2004.

DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. **Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979.

FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.

POLISUK, J.; GOLDFELD, S. **Pequeno Dicionário de Termos Médicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

STAUT, N. da S.; DURAN, M.D.E.M.; BRIGATO, M.J.M. **Manual de Drogas e Soluções**. São Paulo: EPU, 1986.

7 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA

Carga horária: 80 horas

Ementa: Estudo dos aspectos históricos e legais das políticas públicas de saúde - Sistema Único de Saúde (SUS). Estudo das ações de enfermagem nos cuidados integrais à saúde das pessoas, grupos e comunidade numa visão holística em todos os ciclos de vida. Promoção de educação em saúde. Estudo dos fármacos dispensados em Unidade Básica de Saúde – SUS: Farmácia Popular.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Organização e Estruturação em Saúde Coletiva	1.1 Introdução à saúde pública, saúde coletiva e comunitária 1.2 Evolução histórica das políticas de saúde e previdenciárias no Brasil 1.3 O estudo das etnias e culturas étnico racial 1.4 Legislação vigente 1.5 Financiamento do SUS 1.6 Política Nacional de Atenção Básica – PNAB 1.7 Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB 1.8 Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF 1.9 Sistema de informação
2 Linhas de Cuidado em Saúde – Ações, Programas e Estratégias; Cadernos de Atenção Básica – MS	2.1 Estratégia Saúde da Família – ESF: Atenção a saúde em todos os ciclos de vida Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF 2.2 Estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde – EACS

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

	2.3 Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil. 2.4 Programa Saúde na Escola – PSE 2.5 HIV-AIDS, Hepatites e outras ISTs 2.6 Vigilância alimentar e nutricional – obesidade 2.7 Calendário nacional da imunização vigente 2.8 Programa Nacional de Controle do Tabagismo 2.9 Política Nacional de Saúde da Pessoa 2.10 Portadora de Deficiência 2.11 Política Nacional de Saúde Bucal 2.12 Política Nacional voltada a todos os ciclos de vida contemplando as diversidades 2.13 Atenção integral a saúde da família em situações de violência e vulnerabilidades
3. Promoção de educação em saúde	3.1 Promoção, proteção da saúde e prevenção da doença.
4 Políticas públicas de acesso dos medicamentos do SUS	4.1 Medicamentos da Farmácia Básica do SUS 4.2 Programa Farmácia Popular 4.3 Relação Nacional de Medicamentos (RENAME)

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde. 2012. Disponível em:

<<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab>>
Acesso em 11/11/15.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Financiamento público de saúde.** / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília, 2013. 124 p.: il. – (Série Ecos – Economia da Saúde para a Gestão do SUS; Eixo 1, v. 1) Disponível em:
<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/financiamento_publico_saude_eixo_1.pdf>. Acesso em 11/11/15.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de Atenção Básica. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): manual instrutivo.** Brasília. 2012. Disponível em:
<<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pmaq>>. Acesso em: 11/11/15.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad24.pdf>. Acesso em 11/11/15.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB: manual do sistema de Informação de Atenção Básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 4. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://www.esfma.org.br/manuais/siab.pdf>>. Acesso em 11/11/15.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_35.pdf>. Acesso em 11/11/15.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf>. Acesso em 11/11/15

_____. Ministério da Saúde. **HIV/Aids, hepatites e outras DST**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab18>>. Acesso em 11/11/15.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o Cuidado da Pessoa com Doença Crônica: obesidade**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_38.pdf>. Acesso em 11/11/15.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

_____. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnsb>>. Acesso em 11/11/15.

_____. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab19>>. Acesso em 11/11/15.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf>. Acesso em: 11/11/11.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano**. Brasília: Ministério da Saúde. 2014. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf>. Acesso em: 11/11/15.

_____. **Caderno de Atenção Básica. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Ministério da Saúde. 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 11/11/15.

_____. **Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde. 2014. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pmaq>>. Acesso em 11/11/15.

8 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL

Carga horária total: 48 horas

Ementa: Estudo do desenvolvimento psíquico nas fases do desenvolvimento humano. Estudo da história da psiquiatria. Análise da política nacional de

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

saúde mental. Orientação sobre a assistência integral e humanizada de enfermagem à saúde mental e seus transtornos. Orientação sobre Terapia Medicamentosa.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Psiquiatria	1.1 História e os primeiros hospitais psiquiátricos Início das instituições hospitalares no Brasil 1.2 Reforma psiquiátrica
2 Assistência de Enfermagem nas Fases do Desenvolvimento Psíquico Humano	2.1 Fase oral, anal, fálica e genital
3 Relacionamento Interpessoal	3.1 Relacionamento do profissional de enfermagem com o cliente e sua família 3.2 Terapias psicossociais 3.3 Autocuidado do profissional em saúde mental
4 Política Nacional de Saúde Mental	4.1 Políticas públicas de saúde mental no Brasil
5 Organização, Estrutura e Funcionamento das Unidades de Atendimento à Saúde Mental e Transtornos Psiquiátricos	5.1 CAPS AD 5.2 CAPS Infantil 5.3 CAPS 1 5.4 CAPS 2 5.5 CAPS AD 3 5.6 Hospital Dia 5.7 Manicômio Judiciário
6 Assistência Integral e Humanizada de Enfermagem na Saúde Mental e seus Transtornos	6.1 Classificação dos sinais e sintomas em emergências psiquiátricas 6.2 Transtornos alimentares, de ansiedade, de personalidade, delirantes, dissociativos, do sono, do humor, sexuais e somatoformes 6.3 Abordagens de enfermagem ao paciente nos diferentes transtornos 6.4 Dependências químicas – drogas lícitas e ilícitas, medicamentosas
7 Terapia Medicamentosa	7.1 Tipos de Psicofármacos 7.2 Ação e efeitos adversos dos Psicofármacos 7.3 Cuidados de enfermagem na administração dos psicofármacos

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

BIBLIOGRAFIA

AMARANTE, Paulo Duarte de C; PIRELLA, Agostinho; SCHERCHMAN, Alfredo; SLAVICH, Antônio. **Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BOTEGA, Neury José; DALGALARRONDO, Paulo. **Saúde Mental no Hospital Geral: espaço para o psíquico**. 2. ed. SÃO PAULO: Hucitec, 1997.

ESPÓSITO, Sandro Blasi; GUIMARÃES, Rodrigo Rejtman; BONADIO, Angelo Carneiro; GARDINALLI Filho, Gildo. **Protocolos de Atendimento e Encaminhamento em Saúde Mental para Unidades Básicas de Saúde**. SÃO PAULO: Atheneu, 2012.

MALDONADO, m. T.; GARNER. A. **A Arte da Conversa e do Convívio**. 5. ed. Editora Saraiva, 1999.

MANZOLLI, Maria Cecília. **Enfermagem Psiquiátrica – Da Enfermagem Psiquiátrica à Saúde Mental**; Rio de Janeiro; Editora Guanabara Koogan AS; Rio de Janeiro – RJ; 1996.

MELLO, Inaiá Monteiro. **Enfermagem Psiquiátrica e de Saúde Mental na Prática**. São Paulo: Atheneu, 2008.

NUNES Filho, EUSTACHIO Portella; VUENO, João Romildo; NARDI, Antonio Egidio. **Psiquiatria e Saúde Mental**. São Paulo: Atheneu, 2000.

OLIVEIRA, Alice G. Bottaro de, VIEIRA, Marcos Antonio Moura, ANDRADE, Socorro de Maria Ribeiro. **Saúde Mental na Saúde da Família: subsídios para o trabalho assistencial**. São Paulo: Olho D'água, 2008.

RODRIGUES, Antonia Regina Furegato. **Enfermagem Psiquiátrica: saúde mental: prevenção e intervenção**. São Paulo: EPU, 1996.

SARACENO, B. et al. **Manual de Saúde Mental: Guia Básico para a Atenção Primária**. São Paulo. ed. HUCITEC, 1998.

TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário; BEZERRA JUNIOR, Benilton; SILVA, Edith Seligmann. **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

9 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Carga horária total: 80 horas

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

Ementa: Assistência integral e humanizada de Enfermagem ao ser humano nas diferentes fases do ciclo vital. Políticas públicas nas situações de urgência e emergência.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Políticas Públicas em Urgência e Emergência	1.1 Histórico 1.2 Legislação das urgências e emergências: SAMU, SIATE
2 Organização das Unidades de Urgência e Emergência	2.1 Estrutura e funcionamento das unidades de urgência e emergência
3 Assistência Humanizada de Urgência e Emergência	3.1 Acolhimento com classificação de risco 3.2 Relações interpessoais com paciente/cliente família e a equipe multidisciplinar frente à situação de urgência e emergência 3.3 Direitos e deveres do paciente e da equipe de enfermagem
4 Protocolos de Urgência e Emergência	4.1 Protocolo de PCR – Parada Cardiorrespiratória 4.2 Protocolo de AVE – Acidente Vascular Encefálico 4.3 Protocolo de IAM – Infarto Agudo do Miocárdio 4.4 Protocolos de afecções respiratórias 4.5 Protocolo nas emergências clínicas: hipertensão e diabetes 4.6 Protocolo de choques: anafilático, cardiogênico, hipovolêmico, pirogênico, neurogênico 4.7 Intoxicações endógenas e exógenas 4.8 Animais peçonhentos 4.9 Queimaduras
5 Assistência Integral e Humanizada de Enfermagem ao Paciente Politraumatizado	5.1 História do Trauma (ATLS) 5.2 Abordagem primária (ABCDE) 5.3 Abordagem Secundária 5.4 Traumas Raquimedular 5.5 Tórax 5.6 Abdômen 5.7 Crânio Encefálico: musculoesquelético
6 Administração de Medicamentos em Urgência e Emergência	6.1 Medicamentos específicos utilizados em unidades de urgência e emergência

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. **Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**. Brasília: Ministério de Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção Especializada. **Manual Instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2013.

ROGERS, J.H. **Enfermagem de Emergência: Um Manual Prático**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

10 BIOSSEGURANÇA E PROCESSAMENTO DE ARTIGOS

Carga horária total: 64 horas

Ementa: Estudo da biossegurança em enfermagem. Fundamentação para processamento de artigos e superfície nos serviços de saúde. Compreensão das infecções relacionadas à assistência a saúde. Gerenciamento dos resíduos de saúde.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Biossegurança	1.1 Conceito 1.2 Aplicação na Enfermagem
2 Normas Regulamentadoras	2.1 NR 5 2.2 NR32
3 Exposição Acidental com Material Biológico	3.1 Classificação do tipo de exposição 3.2 Medidas preventivas 3.3 Protocolo de atendimento a exposição ocupacional a material biológico
4 Infecção relacionada à assistência a saúde	4.1 Conceito de infecção 4.2 Tipos de Isolamento 4.3 Comissão e Serviços de Controle de Infecção nos serviços de saúde

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

5 Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde	5.1 RDC 306 5.2 Atuação do técnico em enfermagem no gerenciamento dos resíduos
6 Processamento de artigos e superfícies	6.1 Classificação dos artigos médicos odonto-médico hospitalares

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. **Esterilização de artigos em Unidades de Saúde**. São Paulo: APECIH, 2003.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. **Limpeza, desinfecção de artigos e áreas hospitalares e antisepsia**. São Paulo: APECIH, 2004.

BARBOZA, L.F. **Guia de recomendação: Manutenção e cuidados com o instrumental cirúrgico endoscópico**. Rio de Janeiro. Rev.4. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de saúde**. OPAS / MS. Brasília. 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Manual de condutas em exposição ocupacional a material biológico**. Brasília. 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho. Conteúdos básicos para uma ação sindical – CUT**. Ministério do Trabalho. Brasília. 1995.

_____. Ministério da Saúde. **Biossegurança para os trabalhadores de saúde**. Brasília, s.d.

FERNANDES, T.; FERNANDES, M.; FILHO, N.R. **Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000.

JUNQUEIRA, M. S. e col. **Acondicionamento de Materiais Hospitalares: Pontos importantes a serem observados**. [s.l.]: Enfoque, [19--].

LACERDA, R.A. et al. **Buscando compreender a infecção hospitalar no paciente cirúrgico**. São Paulo: Atheneu, 1992.

MARANO, Vicente Pedro. **Acidentes de trabalho – Brasil 2. Doenças ocupacionais**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

MATTOS, Ubirajara. **Higiene e segurança no trabalho**. Rio de Janeiro.

MOURA, M.L.P. de A. **Enfermagem em Centro de Material e Esterilização**. 8. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2006 – (série Apontamentos).

SANTOS, N.C.M. **Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar**. São Paulo: Látria, 2003.

SARQUIS, L.M.M. et al. **O uso dos equipamentos de proteção individual entre os trabalhadores de enfermagem acidentados com instrumentos perfuro-cortantes**. Rev. Bras. Enfermagem, v.53, n.4, p.564-573, out / dez. 2000.

SILVA, A. **Trabalhador de enfermagem na Unidade de Centro de Material e os Acidentes de Trabalho**. São Paulo, Escola de Enfermagem da USP, 1996.

SILVA, A. **A organização do trabalho na Unidade de Centro de Material**. Revista Escola de Enfermagem da USP, v. 32, São Paulo, USP. 1996.

SOBECC – Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, **Recuperação anestésica e Centro de Material e Esterilização – Práticas recomendadas**: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. 3. ed. 2007.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. (org) **Biossegurança: Uma abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

11 ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Carga Horária: 64 horas

Ementa: Estudo das ações desenvolvidas pela Vigilância em saúde e controle social.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador	1.1 Conceito, atribuições e medidas de controle 1.2 Lei 8080/90, Lei 9782/99 1.3 Portaria 1399/99, Portaria 1172/2011
2 Doenças, Agravos e Eventos de Saúde de Notificação Compulsória	2.1 Portaria 1271/14 2.2 Preenchimento das fichas de notificação

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

3 Sistemas de Informação	3.1 Conceitos e finalidade: SIM, SINASC, SINAN, SISVAN, e-SUS, SI-PNI, SIA-SUS, SIH-SUS, SISCAN
4 Ações de Enfermagem na Vigilância em Saúde	4.1 Indicadores de saúde, coeficiente de mortalidade, natalidade e incidência de doenças 4.2 Ações de enfermagem na Vigilância em Saúde 4.3 Cálculos dos principais indicadores de saúde
5 Aterro Sanitário	5.1 Definição e classificação de aterro sanitário 5.2 Condições e características do aterro
6 Controle Social	6.1 Definição de controle social 6.2 Constituição e atribuições dos Conselhos Locais, Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 6, I 1. SUS (BR). 2. Vigilância em Saúde.** 20. ed. Brasília; CONASS, 2007.

_____. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Guia Didático Vigilância Sanitária.** Brasília: Anvisa, 2007.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Coleção para entender a gestão do SUS 2011, 5,I.** 20. ed. Brasília; CONASS, 2011.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Coleção Progestores – para entender a gestão do SUS, 6, II 1. SUS (BR). 2. Vigilância em Saúde.** 20. Ed. Brasília: CONASS, 2007.

_____. Diário Oficial da União. **Lei 9.782/99. Define o Sistema Nacional de Vigilância sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância sanitária.** Brasília, 1999.

_____. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância ambiental em saúde.** Brasília: FUNASA, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Doenças Infecto e Parasitárias: guia de bolso. Departamento de Vigilância Epidemiológica.** 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

_____. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica** (Série E. Legislação em Saúde). Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1271, de 6 de junho de 2014**. Define a lista nacional de notificação compulsória. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1399, de 15 de dezembro de 1999**. Regulamenta a NOB SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2488, de 21 de outubro de 2011**. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunização: 40 anos**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília; Ministério da Saúde, 2014.

_____. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”. **Caderno de Vigilância Epidemiológica em Saúde Ambiental**. São Paulo, 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A., MESP, 1988.

_____. Diário Oficial da União. **Lei 8142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**. Brasília DF, 28 de dezembro de 1990.

_____. Diário Oficial da União. **Lei nº 8080/90. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e da outras providências**. Brasília DF, 19 de setembro de 1990.

CORREA, Maria Juliana Moura; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães; e MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Vigilância em saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde - Teorias e práticas**. São Paulo; Editora Coopmed, 2013.

FOCACCIA e VERONESI. **Tratado de infectologia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu 2009.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

GIOVANELLA, L. *et al.* **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GOLAN, D.E. et al. **Princípios de farmacologia: A base fisiopatológica da farmacoterapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

GUYTON, A. C.; HALL, J.E. **Fisiologia e Mecanismos das Doenças**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MURTA, G.F. **Saberes e prática: Guia de ensino e aprendizado de Enfermagem**. 6. ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Difusão, 2010.

SILVA, Ana Karla da. **Manual de Vigilância e Epidemiológica e Sanitária**. 1. ed.; 2010; AB editora.

12 FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Caracterização e organização dos serviços de saúde. Estudo da História da enfermagem, legislação, entidades de classe e ética profissional.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Organização dos Serviços de saúde	1.1 Definição e caracterização das instituições de saúde pública e privada 1.2 Conceituação de equipe multiprofissional e suas atribuições
2 Enfermagem	2.1 História da enfermagem, evolução e conceitos.
3 Sistematização da assistência de enfermagem	3.1 Teorias de Enfermagem 3.2 Processo de Enfermagem 3.3 Humanização do cuidado
4 Ética e Bioética	4.1 Conceitos de ética e bioética no contexto da saúde 4.2 Código de Ética de Enfermagem 4.3 Direitos do paciente e comunidade
5 Lei do exercício profissional da enfermagem	5.1 Apresentação e aplicação da Lei do exercício profissional

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

6 Entidades de classe	6.1 COFEN 6.2 COREN 6.3 ABEN 6.4 Sindicatos
------------------------------	--

BIBLIOGRAFIA

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. BRASIL. Entidades de classe em enfermagem. São Paulo.

BRASIL. **Código de ética dos profissionais de enfermagem**. São Paulo: COREN, 2010.

_____. Comissão de ética em Enfermagem. Paraná: COREN, 2010. Disponível em: <<http://www.corenpr.org.br/camaratecnica/index.html>>. Acesso em 02/01/2010.

CAMARGO, M. **Ética, Vida e Saúde**. 5. ed. . [s.l.]: Editora Vozes Ltda, 1980.

CIANCIARULLO, T. I. **Instrumentos básicos para o cuidar: Um Desafio para a Qualidade de Assistência**. São Paulo: Atheneu, 2007.

Cortez, 1993. LIMA, I.L. **Manual do técnico e auxiliar de enfermagem**. Ed. A.B, Goiânia 2000

GELAIN, I. **Deontologia e enfermagem**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1998.

GEORGE, J.B. et al. **Fundamentos de enfermagem: os fundamentos á prática profissional**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GERMANO, R.M. **A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil**. São Paulo: Cortez 1993.

LIRA, N.F. DE & BONFIM, M.E.DE S. **História da enfermagem e legislação**. Rio de Janeiro: Cultura Médica,1989.

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J.; **O exercício da enfermagem: Uma Abordagem Ético-Legal**. São Paulo: LTr editora, 1999.

PAIXAO, W. **História da enfermagem**. 5. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro : J.C. Reis, 1979.

SANTOS, E.F.; et al.; **Legislação em enfermagem: Atos Normativos do Exercício e do Ensino de Enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2002.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

13. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária: 32 horas

Ementa: Estudo do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica. Compreensão do trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. Reflexão sobre tecnologia e globalização diante das transformações no mundo do trabalho. Análise sobre a inclusão do trabalhador no mundo do trabalho.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Trabalho Humano	1.1 Ser social, mundo do trabalho e sociedade 1.2 Trabalho nas diferentes sociedades 1.3 Transformações no mundo do trabalho 1.4 Homem, Trabalho e Meio Ambiente 1.5 Processo de alienação do trabalho em Marx 1.6 Emprego, desemprego e subemprego
2 Tecnologia e Globalização	2.1 Processo de globalização e seu impacto no mundo do trabalho 2.2 Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho 2.3 Qualificação do trabalho e do trabalhador
3 Mundo do Trabalho	3.1 Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho 3.2 Inclusão dos diferentes – necessidades especiais e diversidade

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas:** introdução, organização e seleção. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital.** Petrópolis: Vozes, 1997.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

DURKHEIM, Emilé. **Educação e sociologia**. 12. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Alba, [s/d]

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos da explicação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: T. A Queiroz, 1980.

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs). **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GENRO, Tarso. **O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária**: Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, Pablo. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1995.

JAMESON. Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. A exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LUKÁCS, Giörgy. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: Temas de ciências humanas. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, [s.n], 1978. vol. 4.

MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar**. 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

MARX, Karl. **O capital**. vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Cultural, 1988.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Brasil 2000**: nova divisão do trabalho na educação. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

14 INTRODUÇÃO À ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

Carga horária total: 112 horas

Ementa: Desenvolvimento de habilidades em técnicas básicas para as ações de enfermagem no processo do cuidar, com base nas necessidades humanas básicas. Estudo dos mecanismos de ação, dos efeitos terapêuticos e adversos, interações medicamentosas, características farmacocinética, farmacodinâmica e preparo, administração de medicamentos nos cuidados de enfermagem.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Processo de cuidado integral e humanizado	1.1 Conceito e objetivo do cuidado
2 Precauções Padrão	2.1 Precauções universais 2.2 Higienização das mãos 2.3 Equipamento de Proteção Individual 2.4 Conceito de descontaminação 2.5 Tipos de limpeza 2.6 Limpeza e desinfecção da unidade terminal e concorrente
3 Sinais Vitais	3.1 Técnicas de verificação de sinais vitais 3.2 Terminologias clínicas

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

4 Cuidados de Higiene e conforto	4.1 Preparo do leito 4.2 Higiene corporal 4.3 Tricotomia 4.4 Posições do paciente 4.5 Mudança de decúbito 4.6 Segurança do paciente
5 Segurança do paciente	5.1 Portaria 529 5.2 RDC 36 5.3 Protocolo para a prática de higiene em serviços de saúde 5.4 Protocolo de prevenção de quedas
6 Semiotécnica em enfermagem	6.1 Medidas Antropométricas 6.2 Cuidados com Sondas e drenos 6.3 Vias, preparo e Administração de medicamentos 6.4 Administração de oxigenioterapia 6.5 Técnicas de alimentação 6.6 Curativos
7 Rotinas administrativas	7.1 Admissão, alta, transferência e óbito 7.2 Prontuário, forma de registro, anotações de enfermagem e terminologias
8 Farmacologia Aplicada à Enfermagem	8.1. Farmacologia e Farmacoterapia 8.2. Farmacêutica, Farmacocinética e Farmacodinâmica
9 Grupos Farmacológicos	9.1 Classificação dos medicamentos 9.2 Mecanismo de ações e propriedades terapêuticas e interações dos fármacos de acordo com os sistemas do corpo humano
10 Preparo e administração de medicamentos	10.1 Vias de administração, cálculos matemáticos, diluição, dosagens, conservação dos medicamentos 10.2 Cuidados de enfermagem na administração segura do medicamento (9 certos)

BIBLIOGRAFIA

Aida, I. K., Ohnishi, M; Mussi, M. N; Benevenuto, O. M; **Matemática aplicada a enfermagem** - cálculo de dosagens em adultos e crianças, Editora Atheneu.

ASPERHEIM, Mary K. **Farmacologia para a enfermagem**, 11. ed. Elsevier Medicina, 2009.

BRUNNER, L.S.; SUDDARTH, D. S. **Prática de enfermagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. V 1 e 2.

CAMPEDELLI, M.C; GAIDZINSKI, R. R. **Escara**: Problema na Hospitalização. São Paulo: Ática, 2002.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

CASTELLANOS, B.E.P. **Injeções: Modos e Métodos.** São Paulo: Ática, 1987.

CIANCIARULLO, T. I. **Instrumentos básicos para o cuidar: Um Desafio para a Qualidade de Assistência.** São Paulo: Atheneu, 1997.

CLARKE, M. **Manual prático de enfermagem.** 13. ed. São Paulo : Manole, 1986.

COOPER, Clayton S. **Farmacologia na prática de enfermagem,** 15. ed. Elsevier Medicina, 2012.

Coren-SP/Rebraensp/SP. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo. **Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. Erros de medicação:** definições e estratégias de prevenção. São Paulo, 2011.

Dicionário de Administração de Medicamentos na Enfermagem - AME - editora EPUB; 9 ed.; 2013.

Dicionário de Especialidades Farmacêuticas: DEF 03/04. 27. ed. Rio de Janeiro: Ed.Pub. Científicas, 2004.

FERNANDES, M.V. et al. **Manual de procedimentos técnicos e administrativos de enfermagem.** Londrina; EDUEL, 2002.

FISCHBACH, F.; **Manual de enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GIOVANI, A .M.M. **Enfermagem: Cálculo e Administração de Medicamentos.** São Paulo: Legnar Informática & Editora, 1999.

Giovani, A. M. M., Enfermagem. **Cálculo e administração de medicamentos,** 14. ed. Editora Rideel; 2012.

Goldenzwaig, N. R. S. C.; **Administração de medicamentos na enfermagem.** 10. ed. editora Guanabara; 2012.

KAWAMOTO, E. E.; FORTES, J. I. **Fundamentos de enfermagem.** São Paulo: EPU, 1986.

KOCH, R.M. et al. **Técnicas básicas de enfermagem.** 14. ed. Curitiba: Florence, 1996.

LIMA, A B.D. de. **Interações medicamentosas.** São Paulo: SENAC. 1994.

LIMA, A B.D. de; ARONE,E.M.; PHILIPPI,M.L. dos S. **Noções sobre medicamentos.** São Paulo: Editora SENAC, 1994.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

LIMA, A. B. D. de; ARONE, E. M.; PHILIPPI, M. L. dos S. **Introdução à farmacologia.** São Paulo: Editora SENAC, 1994.

Nascimento MMG; Rosa MB; Harada, MJCS. **Prevenção de erros de administração de medicamentos no sistema de saúde.** Rev Meio de Cultura Hospitalar. n 52, 2013.

POSSO, M. B. S. Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem. Atheneu, 2001.
Silva, M. T.; **Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem.** Editora Martinari, S. R.; 4. ed. 2014.

TIMBY, B. K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem.** 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Viana, Dirce Laplaca; **Manual de cálculo e administração de medicamentos** - Ed. Yendis 4. Ed. 2011

VOLPATO, A. C. B.; PASSOS, V. C. S. **Técnicas básicas de enfermagem.** 4. ed. São Paulo: Martinari, 2014.

15 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Aplicação do processo de comunicação em enfermagem no contexto técnico e científico. Compreensão e utilização das estratégias pedagógicas nos contextos da educação em saúde. Uso da informática e de instrumental eletrônico.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Processo de comunicação	1.1 Tipos de Abordagem entre paciente e equipe multiprofissional nos diversos ambientes de atendimento de enfermagem 1.2 Emprego das Terminologias padronizadas nas anotações de enfermagem 1.3 Elementos essenciais empregados nas Anotações de Enfermagem 1.4 Aspectos Legais e Éticos das Anotações de Enfermagem

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

2 Estratégias pedagógicas para educação em saúde	2.1 A prática educativa em saúde e seus objetivos 2.2 Planejamento de ensino e estratégias pedagógicas para a educação em saúde 2.3 Utilização e confecção de recursos audiovisuais
3 Tecnologia da informação	3.1 Uso do computador 3.2 Uso da internet 3.3 Prontuário eletrônico

BIBLIOGRAFIA

ALBINO, J.P. **A sociedade do conhecimento e as comunidades virtuais.** In: JESUS, A. C. (org). Cadernos de Formação – Gestão da Informação (Pedagogia Cidadã). São Paulo: Unesp/ Pró-reitoria de graduação, 2005.

BACCEGA, Maria Aparecida. (org.) **Gestão de processos comunicacionais.** São Paulo: Atlas, 2002.

BELLUZZO, R.C.B. **Gestão da informação, do conhecimento e da documentação.** In: JESUS, A. C. (org). Pedagogia Cristã: Cadernos de Formação: Gestão da Informação. São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2005.

BERLO, D. K. **O processo da comunicação.** tradução: Jorge Arnaldo Fontes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAMPOS, T.C.P. **Psicologia hospitalar: A Atuação do Psicólogo em Hospitais.** São Paulo: EPU, 1995.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANIEL, L. F. **Atitudes Interpessoais em Enfermagem.** São Paulo: EPU, 1983.

FILHO, J. T. **Gerenciando conhecimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface: Como o Computador Transforma Nossa Maneira de Criar e Comunicar.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

LEMOS, André. **Cibercultura: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre / RS: Sulina, 2004.

LIMA, Frederico. **A sociedade digital: O Impacto da Tecnologia na Sociedade, na Cultura, na Educação e nas Organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos teóricos da comunicação humana**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

MARCONI, Marina de; LAKATOS, **Técnicas de pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisas, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2000.

MENDES, I.A.C. **Pesquisa em enfermagem**. São Paulo: EDUSP, 1991.

MINAYO, M.C.S. (org); et al.; **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MULLER, M.S.; CORNELSEN, J.M.; **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. – 5. ed. Atual. – Londrina: Eduel, 2003.

MUNCK, s. (coord); et al.; **Registros de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SCOPEL, Vanda M. P.; **Dano moral: nas relações de Trabalho entre Médicos e Enfermeiros**. Londrina: Midiograf, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular dos serviços de saúde**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

16. PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE

Carga horária total: 48 horas

Ementa: Caracterização do processo de trabalho em enfermagem nos serviços de saúde e equipe multiprofissional.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Processo de trabalho em saúde	1.1 Organização, estrutura e funcionamento dos Serviços de Enfermagem nas Instituições: Hospitais, clínicas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), ambulatórios, asilos, cooperativas específicas e escolas
2 Serviços de enfermagem	2.1 Equipe multiprofissional 2.2 Diagnóstico situacional dos serviços e ações de saúde 2.3 Planejamento das ações de saúde 2.4 Implementação das ações de saúde
3 Organização do trabalho de enfermagem	3.1 Organograma 3.2 Liderança 3.3 Gestão de conflitos 3.4 Fluxograma das atividades 3.5 Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) 3.6 Escalas de trabalho
4 Educação permanente	4.1 Lei do Exercício Profissional nº 7.498/ 86 e Decreto 94.406/87 4.2 Capacitações e qualificação 4.3 Políticas de regularização e atuação de enfermagem 4.4 Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)
5. Qualidade de atendimento	5.1 Gestão da qualidade dos serviços de enfermagem 5.2 Instrumentos de avaliação em saúde 5.3 Promoção da humanização na enfermagem
6 Atendimento domiciliar	6.1 Definição e classificação 6.2 Legislação vigente 6.3 Atribuições do Enfermeiro e Técnico de Enfermagem

BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, Ana Lúcia Queiroz. **O Contexto da educação continuada em enfermagem**. São Paulo, Lemar e Martinari, 2003.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Profissionalização de Enfermagem, Instrumentalizando a ação Profissional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BRUNNER, Lilian Sholtis. **Prática de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 2002.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

- BUSS, P. **Qualidade de Vida e Saúde:** ciência e saúde coletiva. ABRASCO, v.4, nº 1, 2000.
- CAMPEDELLI, M. C. (Org). **Processo de enfermagem na prática.** São Paulo: Ática, 1989.
- CAMPOS, J. de Q. **O hospital e sua organização administrativa.** São Paulo: LTr, 1978.
- CAMPOS, V. F. TQC: **Controle da qualidade total (no estilo japonês).** Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni: Escola de Engenharia da UFMG : Bloch, 1992.
- CAPENITO, Lynda Juall. **Planos de cuidado de enfermagem e documentação, diagnóstico de enfermagem e problemas colaborativos.** Porto Alegre: ARTMED, 1999.
- CAUDILL, Margaret A. **Controle a dor antes que ela assuma o controle:** um programa clinicamente comprovado. Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1998.
- FELDMANN, M. A; GELAIN, I. **Administração do Serviço de Enfermagem.** São Paulo: Sociedade Beneficente São Camilo, [19-].
- FONTINELE, Klinger Júnior. **Ética e bioética em enfermagem.** São Paulo: ABC, 2002.
- GENTILE, M. **Os desafios do município saudável.** Programação da saúde/município saudável: Ministério da Saúde, m. 1, ago/out 1999.
- GONZALES, Rita Francis. **A relação como o paciente.** Teoria Ensino e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 2003.
- HOOD, Gail Herkness. **Fundamentos e pratica e prática da enfermagem, atendimento completo ao paciente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- HUDOK, Carolynm. **Cuidados intensivos de enfermagem.** Uma abordagem Holística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 1997.
- KRON, T.; GRAY, A **administração dos cuidados de enfermagem ao paciente:** colocando em ação as habilidades de liderança. 6. ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1989.
- KURCGANT, P (Coord). **Administração em enfermagem.** São Paulo: EPU, 1991.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

MELO, Cristina. **Divisão social do trabalho de enfermagem**. São Paulo, Cortez, 1986.

MUNCK, s. (coord); et al.; **Registros de saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SANTOS, I. do. **Supervisão em enfermagem**. Rio de Janeiro: Cultura Medica, 1987.

SCHURR, M. C. **Enfermagem e administração**. São Paulo: EPU, 1976.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular dos serviços de saúde**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

17. PROCESSO SAÚDE DOENÇA

Carga horária total: 48 horas

Ementa: Estudo dos determinantes sociais do processo saúde doença. Compreensão das necessidades humanas básicas. Estabelecer relação entre ecossistema e a cadeia epidemiológica das doenças infecciosas e parasitárias. Fundamentação sobre imunologia.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Processo Saúde doença	1.1 Conceitos de saúde - doença e sua determinação histórica social 1.2 Relação causal entre meio ambiente e seres vivos para o processo de adoecimento Necessidades humanas básicas e qualidade de vida
2 Microbiologia e parasitologia	2.1 Principais Agentes etiológicos macro e microbiológicos: conceito, nomenclatura, características gerais, ciclo evolutivo, sintomatologia das principais doenças 2.2 Ações de Enfermagem na prevenção, tratamento e controle das doenças
3 Imunologia	3.1 Compreensão do processo inflamatório 3.2 Relação antígeno-anticorpo, resistência e imunidade natural e adquirida

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

BIBLIOGRAFIA

BIER, O. **Microbiologia e imunologia**. São Paulo: Melhoramento. 1994.

CIMERMAN, B.; CIMERMAM. S.; **Parasitologia humana e seus fundamentos gerais**. 2. ed. São Paulo, Atheneu, 2001M.

Doenças Infecciosas parasitárias: guia de bolso / **Ministério da saúde, secretaria de vigilância em saúde**. Departamento de Vigilância Epidemiológica. 8. ed. Ver. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

MIKAT, D. M. & MIKAT, K. W. **Dicionário de bactérias**: Um Guia para o Médico. [s.l.]: Eli Lilly do Brasil , 1981.

Ministério da Saúde do Brasil. Representação no Brasil da OPAS/OMS. Elizabeth Costa Dias e colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

NEVES, D. P.; MELO, L; GNEARO, O. **Parasitologia humanas**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.

NEVES, David Pereira. **Parasitologia humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

Smith, Colleen. **Bioquímica médica básica** de Marks /Colleen Smith, Allan D. Marks, Michael Lieberman: Tradução Angela de Matos Dutra... [et al.] – 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Spicer, John W. Bacteriologia, **Micologia e parasitologia clínica**. Rio de Janeiro, RJ.

VERONESI, Ricardo. **Doenças infecciosas e parasitarias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

b. Plano de Estágio OBRIGATÓRIO e NÃO OBRIGATÓRIO com Ato de Aprovação do NRE

1. Identificação da Instituição de Ensino
 - Nome do estabelecimento:
 - Entidade mantenedora:
 - Endereço (rua, n.º., bairro):
 - Município:
 - NRE:

2. Identificação do curso
 - Habilitação:
 - Eixo Tecnológico:
 - Carga horária total:
 - Do curso: _____ horas
 - Do estágio: _____ horas

3. Coordenação de Estágio
 - Nome do professor (es):
 - Ano letivo:

4. Justificativa
 - Concepções (educação profissional, curso, currículo, estágio)
 - Inserção do aluno no mundo do trabalho
 - Importância do estágio como um dos elementos constituintes de sua formação
 - O que distingue o estágio das demais disciplinas e outros elementos que justifiquem a realização do estágio

5. Objetivos do Estágio

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

6. Local (ais) de realização do Estágio
7. Distribuição da Carga Horária (por semestre, período...)
8. Atividades do Estágio
9. Atribuições do Estabelecimento de Ensino
10. Atribuições do Coordenador
11. Atribuições do Órgão/instituição que concede o Estágio
12. Atribuições do Estagiário
13. Forma de acompanhamento do Estágio
14. Avaliação do Estágio
15. Anexos (se houver)

* O Plano de Estágio dos estabelecimentos de ensino que ofertam Cursos Técnicos deve ser analisado pelo Núcleo Regional de Educação que emitirá parecer próprio (Ofício Circular nº 047/2004 – DEP/SEED e Instrução nº 028/2010 – SUED/SEED).

c. Descrição das práticas profissionais previstas

(Descrever as práticas que a escola desenvolve em relação ao curso, tais como: palestras, visitas, seminários, projetos, projetos interdisciplinares e outros)

Secretaria de Estado da Educação
Superintendência da Educação
Departamento de Educação e Trabalho



d. Matriz Curricular

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

Matriz Curricular													
Estabelecimento:													
Município:													
Curso: TÉCNICO EM ENFERMAGEM													
Forma: SUBSEQUENTE													
Implantação: gradativa a partir do segundo semestre de 2016													
Turno:													
Carga horária: 1200 horas mais 640 horas de Estágio Profissional Supervisionado													
Organização: SEMESTRAL													
N.	CÓD. SAE	DISCIPLINA	SEMESTRES				hora	CÓD. SAE	ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO				hora
			AUXILIAR DE ENFERMAGEM			TÉCNICO EM ENFERMAGEM			AUXILIAR DE ENFERMAGEM			TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
			1º S	2º S	3º S	4º S			1º S	2º S	3º S	4º S	
1	3248	ANATOMIA E FIOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM	64				64						
2	3236	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			96		96	3271			64	64	
3	3277	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES CRÍTICOS				80	80	3299			80	80	
4	3278	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER			96		96	3288			64	64	
5	3279	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CIRÚRGICA			80		80	3287			64	64	
6	3280	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CLÍNICA		112			112	3289		80		80	
7	3281	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA		80			80	3290		64		64	
8	3282	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL		48			48	3291		16		16	
9	3283	ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS				80	80	3292			80	80	
10	3284	BIOSSEGURANÇA E PROCESSAMENTO DE ARTIGOS		64			64						
11	3285	ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE				64	64	3293			32	32	
12	3218	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	48				48						
13	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO			32		32						
14	3226	INTRODUÇÃO À ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM	112				112	3267	96			96	
15	3507	PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM	48				48						
16	3227	PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE				48	48						
17	3509	PROCESSO SAÚDE DOENÇA	48				48						
TOTAL			320	304	304	272	1200						
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO									96	160	192	192	

Secretaria de Estado da Educação
Superintendência da Educação
Departamento de Educação e Trabalho



PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

MATRIZ CURRICULAR OPERACIONAL

MATRIZ CURRICULAR OPERACIONAL															
Estabelecimento:															
Município:															
Curso: TÉCNICO EM ENFERMAGEM															
Forma: SUBSEQUENTE															
Implantação: gradativa a partir do segundo semestre de 2016															
Turno:															
Carga horária: 1200 horas mais 640 horas de Estágio Profissional Supervisionado															
Organização: SEMESTRAL															
N.	CÓD. SAE	DISCIPLINA	SEMESTRES								CÓD. SAE	ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO			
			AUXILIAR DE ENFERMAGEM				TÉCNICO EM ENFERMAGEM					AUXILIAR DE ENFERMAGEM		TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
			1º S		2º S		3º S		4º S			1º S	2º S	3º S	4º S
			T	P	T	P	T	P	T	P					
1	3248	ANATOMIA E FIOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM	4												
2	3236	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				4	2			3271			4		
3	3277	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES CRÍTICOS							4	1	3299			5	
4	3278	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER				5	1				3288		4		
5	3279	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CIRÚRGICA				4	1				3287		4		
6	3280	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM CLÍNICA		5	2						3289		5		
7	3281	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA		5							3290		4		
8	3282	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL		3							3291		1		
9	3283	ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS							4	1	3292			5	
10	3284	BIOSSEGURANÇA E PROCESSAMENTO DE ARTIGOS		3	1										
11	3285	ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE							3	1	3293			2	
12	3218	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	3												
13	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO				2									
14	3226	INTRODUÇÃO À ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM	3	4							3267	6			
15	3507	PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM	3												
16	3227	PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE							3						
17	3509	PROCESSO SAÚDE DOENÇA	3												
TOTAL			20	19	19	17						6	10	12	
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO												6	10	12	

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

e) Orientações Metodológicas

1. INTRODUÇÃO

Tomando como referência as “Diretrizes Curriculares da Educação Profissional para a Rede Pública do Paraná”, é importante apresentar os encaminhamentos metodológicos como parte integrante do Plano de Curso **Técnico em Enfermagem**, subsequente, para organização das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Considerando que as ações pedagógicas dos professores de acordo com as Diretrizes supracitadas objetivam atender as necessidades dos estudantes, tendo em vista o perfil profissional, o compromisso com a formação profissional e da cidadania, a apropriação dos conhecimentos, a reflexão crítica e a autonomia, faz-se necessário assumir a concepção da Educação Profissional e seus princípios:

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho enquanto categoria ontológica explica que o homem é diferente dos outros animais, pois é por meio da ação consciente do trabalho, que o homem é capaz de criar a sua própria existência. Portanto, é na relação Homem-Homem e Homem-Natureza, que se situa a compreensão da escola politécnica na Educação Profissional.

A organização curricular integrada da Educação Profissional, considerando a categoria do TRABALHO, agrega como elementos integradores a CIÊNCIA, a CULTURA e a TECNOLOGIA, pois a:

- CIÊNCIA é produção de conhecimentos sistematizados social e historicamente pelo homem.
- CULTURA, o processo dinâmico de criação e representações sociais manifestas pelo homem por meio de símbolos.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

- **TECNOLOGIA**, a construção social que decorre das relações sociais, ou seja, das organizações políticas e econômicas da sociedade. A tecnologia é “mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção) no real”. (RAMOS, 2004; 2005 apud BRASIL, 2007, p. 44).

Essas dimensões articuladas devem promover o equilíbrio entre atuar praticamente e trabalhar intelectualmente.

Assim, o tratamento metodológico deve privilegiar a relação entre teoria e a prática e entre a parte e a totalidade, fazendo com que haja integração entre os conteúdos nas dimensões disciplinar e interdisciplinar.

O PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO

A integração é o princípio norteador da práxis pedagógica na Educação Profissional e articula as dimensões disciplinar e interdisciplinar

Disciplinar significa os campos do conhecimento que podemos reconhecê-los como sendo os conteúdos que estruturam o currículo – conteúdos estruturantes.

As disciplinas, por sua vez, são os pressupostos para a interdisciplinaridade, na medida em que as relações que se estabelecem por meio dos conceitos da relação teoria e prática extrapolam os muros da escola e, permitem ao estudante a compreensão da realidade e dos fenômenos inerentes a ela para além das aparências:

A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. (RAMOS, 2007)

Assim, os encaminhamentos metodológicos exigem uma organização dos conteúdos que permita aos estudantes se apropriarem dos conceitos fundamentais das disciplinas no contexto da interdisciplinaridade e da integração.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

2. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os encaminhamentos metodológicos devem considerar os princípios e a concepção da integração, na perspectiva de garantir uma formação politécnica aos estudantes da Educação Profissional.

A politecnicidade nesse contexto significa dominar os princípios da ciência e as suas diferentes técnicas, no contexto do processo produtivo – TRABALHO, e não no seu sentido restrito do conjunto de muitas técnicas.

Nesse sentido, a intervenção do professor por meio do ato de ensinar deve ser intencional na medida em que ele se compromete com uma educação de qualidade e uma formação profissional para o mundo do trabalho. Assim, é importante ressaltar também o papel da escola e, para tanto, o reafirmamos com Libâneo:

[...] a escola tem, pois o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem também o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos presentes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade (LIBÂNEO, 1998, p. 9)

Os conteúdos aqui mencionados não são quaisquer conteúdos, trata-se dos “conhecimentos construídos historicamente e que se constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo investigativo e compreensão do real.” (RAMOS, 2005, p.107).

Portanto, como **encaminhamentos metodológicos** indicam-se as proposições apontadas por Marise Ramos:

a) Problematização dos Fenômenos

Trata-se de usar a metodologia da problematização, no sentido de desafiar os estudantes a refletirem sobre a realidade que os cerca na

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

perspectiva de buscar soluções criativas e originais para os problemas que se apresentam a respeito dessa realidade:

*Problematizar fenômenos – fatos e situações significativas e relevantes para compreendermos o mundo em que vivemos, bem como processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar [...] **como ação prática.***

Isso significa:

- Elaborar questões sobre os fenômenos, fatos e situações.
- Responder às questões elaboradas à luz das teorias e conceitos já formulados sobre o(s) objeto(s) estudados – conteúdos de ensino.

b) Explicitação de Teorias e Conceitos

A partir de uma situação problema indicada para reflexão, análise e solução, deixar claro para os estudantes quais conceitos e quais teorias dão suporte para a apreensão da realidade a ser estudada:

Explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do(s) objetivo(s) estudados nas diversas perspectivas em que foi problematizada.

Nesse sentido, é importante:

- Localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais).
- Identificar suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

c) Classificação dos Conceitos–Conhecimentos

Os “conhecimentos desenvolvidos na perspectiva da sua utilização pelas pessoas são de **formação geral** e fundamentam quaisquer **conhecimentos específicos** desenvolvidos com o objetivo de formar profissionais”.

Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural.

Nessa dimensão, estarão os conhecimentos que, uma vez apropriados, permitem às pessoas formularem, agirem, decidirem frente a situações próprias de um processo produtivo. Esses conhecimentos correspondem a desdobramentos e aprofundamentos conceituais restritos em suas finalidades e aplicações, bem como as técnicas procedimentais necessárias à ação em situações próprias a essas finalidades.

d) Organização dos Componentes Curriculares e as Práticas Pedagógicas

As opções pedagógicas implicam em redefinir os processos de ensino, pensando no sujeito que aprende (estudante) de modo a considerar a realidade objetiva (totalidade histórica).

Organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, visando a corresponder, nas escolhas, nas relações e nas realizações, ao pressuposto da totalidade do real como síntese das múltiplas determinações.

São ações pedagógicas no contexto dos processos de ensino

- *Proposições de desafios e problemas.*
- *Projetos que envolvam os estudantes, no sentido de apresentar ações resolutivas – projetos de intervenção.*

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

- *Pesquisas e estudos de situações na perspectiva de atuação direta na realidade.*

Os pressupostos que dão suporte ao currículo ancorado nos encaminhamentos metodológicos apresentados, de fato, se diferenciam de um currículo que tem como referência a reprodução de atividades na perspectiva do currículo tradicional que cinde com o princípio da integração. (RAMOS, 2005, p.122)

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: **Revista brasileira de educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

_____. **Orientações curriculares para o curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio na modalidade normal**. Curitiba: SEED/ PR, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

_____. (org.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (org.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. Concepção do Ensino Médio Integrado, São Paulo, 2007. Disponível em: < http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf>. Acesso em 20/07/2015.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1.1 DA CONCEPÇÃO

Os pressupostos apontados pela legislação indicam uma concepção de avaliação ancorada nos princípios da educação politécnica e omnilateral, que considera o sujeito da aprendizagem um ser histórico e social, capaz de intervir na realidade por meio dos conhecimentos apropriados no seu percurso formativo.

Sendo assim, se a Educação Profissional se pauta no princípio da integração, não se pode e não se deve avaliar os estudantes de forma compartimentalizada. Formação integral significa pensar o sujeito da aprendizagem “por inteiro”, portanto avaliação contextualizada na perspectiva da unidade entre o planejamento e a realização do planejado. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem é parte integrante da prática educativa social.

Além do princípio da integração, a avaliação da aprendizagem nessa concepção, ancora-se também nos princípios do TRABALHO, numa perspectiva criadora ao possibilitar o homem trabalhar com o novo, construir, reconstruir, reinventar, combinar, assumir riscos, após avaliar, e, da CULTURA, pois adquire um significado cultural na mediação entre educação e cultura, quando se refere aos valores culturais e à maneira como são aceitos pela sociedade.

A sociedade não se faz por leis. Faz-se com homens e com ciência. A sociedade nova cria-se por intencionalidade e não pelo somatório de improvisos individuais. E nessa intencionalidade acentua-se a questão: A escola está em crise porque a sociedade está em crise. Para entender a crise da escola, temos que entender a crise da sociedade. E para se entender a crise da sociedade tem-se que entender da sociedade não apenas de rendimento do aluno em sala de aula. Expandem-se, assim, as fronteiras de exigência para os homens, para os professores; caso os mesmos queiram dar objetivos

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

sociais, transformadores à educação, ao ensino, à escola, à avaliação. (NAGEL, 1985, p. 30)

Nessa perspectiva, a avaliação revela o seu sentido pedagógico, ou seja, revela os resultados das ações presentes, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

1.2 DAS DIMENSÕES

A partir da concepção de avaliação anteriormente apresentada, decorrem as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de transformação, onde as ações dos professores não podem ser inconscientes e irrefletidas, mas transparentes e intencionais. Nesse sentido, apresentam-se as três dimensões da avaliação que atendem esses pressupostos:

a) Diagnóstica

Nessa concepção de avaliação, os aspectos qualitativos da aprendizagem predominam sobre os aspectos quantitativos, ou seja, o importante é o diagnóstico voltado para as dificuldades que os estudantes apresentam no percurso da sua aprendizagem. Nesse sentido, é importante lembrar que o diagnóstico deve desconsiderar os objetivos propostos, metodologias e procedimentos didáticos.

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista a tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1995, p. 81)

Nesse sentido, considerando a principal função da escola que é ensinar e, os estudantes aprenderem o que se ensina, a principal função da avaliação é, nesse contexto, apontar/indicar para o professor as condições de apropriação dos conteúdos em que os estudantes se encontram – diagnóstico.

De acordo com a Deliberação nº 07/99 – CEE/PR:

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

Art. 1º. - A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1º. - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

§ 2º. - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3º. - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (PARANÁ, 1999, p. 01)

Dessa forma, o professor, diante do diagnóstico apresentado, terá condições de reorganizar os conteúdos e as suas ações metodológicas, caso os estudantes não estejam aprendendo.

b) Formativa

A dimensão formativa da avaliação se articula com as outras dimensões. Nesse sentido, ela é formativa na medida em que, na perspectiva da concepção integradora de educação, da formação politécnica também integra os processos de formação omnilateral, pois aponta para um aperfeiçoamento desses processos formativos seja para a vida, seja para o mundo do trabalho. Essa é a essência da avaliação formativa.

Os pressupostos colocados pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, já referenciada, indica uma concepção de educação ancorada no materialismo histórico. Isso significa que a avaliação também agrega essa concepção na medida em que objetiva que a formação dos estudantes incorpore as dimensões éticas e de cidadania. Assim, “o professor da Educação Profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”. (MACHADO, 2008, p. 18).

Nesse caso, a avaliação de caráter formativo permite aos professores a reflexão sobre as suas ações pedagógicas e, nesse processo formativo, replanejá-las e reorganizá-las na perspectiva da inclusão, quando acolhe os

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

estudantes com as suas dificuldades e limitações e aponta os caminhos de superação, em um “ato amoroso”. (LUCKESI, 1999, p.168)

c) Somativa

O significado e a proposta da avaliação somativa é o de fazer um balanço do percurso da formação dos estudantes, diferentemente do modelo tradicional de caráter classificatório. O objetivo não é o de mensurar os conhecimentos apropriados, mas avaliar os itinerários formativos, na perspectiva de intervenções pedagógicas para a superação de dificuldades e avanços no processo.

Apesar de a terminologia somativa dar a ideia de “soma das partes”, na concepção de avaliação aqui apresentada, significa que, no processo avaliativo o professor deverá considerar as produções dos estudantes realizadas diariamente por meio de instrumentos e estratégias diversificadas e, o mais importante, manter a integração com os conteúdos trabalhados – critérios de avaliação.

É importante ressaltar que a legislação vigente – Deliberação 07/99-CEE/PR, traz no seu artigo 6º, parágrafos 1º e 2º, o seguinte:

Art. 6º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

§ 1º – A avaliação deverá obedecer à ordenação e à sequência do ensino aprendizagem, bem como a orientação do currículo.

§ 2º – Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomando a sua melhor forma.

O envolvimento dos estudantes no processo de avaliação da sua aprendizagem é fundamental. Nesse sentido, a autoavaliação é um processo muito bem aceito no percurso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Nele, os estudantes refletem sobre suas aprendizagens e têm condições de nelas interferirem.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

1.3 DOS CRITÉRIOS

Critério no sentido restrito da palavra que dizer aquilo que serve de base para a comparação, julgamento ou apreciação. No entanto, no processo de avaliação da aprendizagem significa os princípios que servem de base para avaliar a qualidade do ensino. Assim, os critérios estão estritamente integrados aos conteúdos.

Para cada conteúdo elencado, o professor deve ter a clareza do que efetivamente deve ser trabalhado. Isso exige um planejamento cuja organização contemple todas as atividades, todas as etapas do trabalho docente e dos estudantes, ou seja, em uma decisão conjunta todos os envolvidos com o ato de educar apontem, nesse processo, o que ensinar, para que ensinar e como ensinar.

Portanto, estabelecer critérios articulados aos conteúdos pertinentes às disciplinas é essencial para a definição dos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo ensino e aprendizagem. Logo, estão critérios e instrumentos intimamente ligados e deve expressar no Plano de Trabalho Docente a concepção de avaliação na perspectiva formativa e transformadora.

1.4 DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos avaliativos são as formas que os professores utilizam no sentido de proporcionar a manifestação dos estudantes quanto a sua aprendizagem. Segundo LUCKESI (1995, p.177, 178, 179), devem-se ter alguns cuidados na operacionalização desses instrumentos, quais sejam:

1. ter ciência de que, por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, estamos solicitando ao educando que manifeste a sua intimidade (seu modo de aprender, sua aprendizagem, sua capacidade de raciocinar, de poetizar, de criar estórias, seu modo de entender e de viver, etc.);
2. construir os instrumentos de coleta de dados para a avaliação (sejam eles quais forem), com atenção aos seguintes pontos:

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

- articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos, no decorrer do período escolar que se toma para avaliar;
 - cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados e aprendidos de fato “- conteúdos essenciais;
 - compatibilizar as habilidades (motoras, mentais, imaginativas...) do instrumento de avaliação com as habilidades trabalhadas e desenvolvidas na prática do ensino aprendizagem;
 - compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido;
 - usar uma linguagem clara e compreensível, para salientar o que se deseja pedir. Sem confundir a compreensão do educando no instrumento de avaliação;
 - construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos, seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos, seja pelos exercícios inteligentes, ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos.
3. [...] estarmos atentos ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar aos educandos:
- a) quanto à correção: não fazer espalhafato com cores berrantes;
 - b) quanto à devolução dos resultados: o professor deve, pessoalmente, devolver os instrumentos de avaliação de aprendizagem aos educandos, comentando-os, auxiliando-os a se autocompreender em seu processo pessoal de estudo, aprendizagem e desenvolvimento.

1.5 DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Em atendimento às Diretrizes para Educação Profissional, definidas pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, conforme o artigo 34 a seguir:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. (MEC, 2012.)

Diante do exposto, a avaliação será entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem dos estudantes e das suas ações pedagógicas, com as finalidades de acompanhar, diagnosticar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem em diferentes situações metodológicas.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação – 6,0 (seis vírgula zero), conforme a legislação vigente.

Recuperação de Estudos

De acordo com a legislação vigente, o aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

1.6 DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

a) Critérios

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá constar no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar e ocorrerá nos termos do art. 52 da Deliberação nº 05/13 – CEE/PR, que assim determina:

Art. 52. A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos: I – no Ensino Médio; II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos em nível técnico regularmente concluídos nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica; IV – em outros cursos de Educação profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional; VI – em outros países. Parágrafo único. A Avaliação, para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme critérios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

b) Solicitação e Avaliação

O interessado deverá solicitar o aproveitamento de estudos mediante preenchimento de requerimento na Instituição de Ensino em que estiver matriculado, considerando o perfil profissional do respectivo curso técnico de nível médio e a indicação dos cursos realizados, anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.

A direção da Instituição de Ensino deverá designar uma comissão de professores, do curso técnico, para análise da documentação apresentada pelo aluno e, posterior, emissão de parecer.

Havendo deferimento, a comissão indicará os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudados pelo aluno a fim de realizar a avaliação, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.

Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrada ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06/2012**. Brasília: MEC, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, sociedade e escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação-SEED/PR, 1985.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 07/1999**. Curitiba: CEE-PR, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/ PR, 2006.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

X – ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o estabelecimento de ensino e instituições que tenham relação com o Curso Técnico em Enfermagem, nas formas de entrevistas, visitas, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

Anexar os termos de convênio firmados com empresas e outras instituições vinculadas ao curso.

XI – PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

XII – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.

XIII – RECURSOS MATERIAIS

- a. **Biblioteca:** (em espaço físico adequado e relacionar os itens da bibliografia específica do curso, conter quantidade)

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

- b. **Laboratório:** indicar o(s) laboratório(s) de Informática e o(s) específico(s) do curso
- c. **Instalações Físicas:** indicar as outras instalações da instituição e ensino, observando os espaços (iluminação, aeração, acessibilidade) e os mobiliários adequados a cada ambiente e ao desenvolvimento do curso
- d. **Equipamentos:** relacionar os equipamentos e materiais essenciais ao curso

XIV – INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LABORATÓRIO (quando for o caso)

Deverá ser graduado com habilitação específica.

XV – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE ESTÁGIO – (quando for o caso)

Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.

XVI – RELAÇÃO DE DOCENTES

Deverão ser graduados com habilitação e qualificação específica nas disciplinas para as quais forem indicados anexando documentação comprobatória.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SUBSEQUENTE

XVII – CERTIFICADOS E DIPLOMAS

a. Certificado: Após a conclusão dos três primeiros semestres letivos conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o certificado de qualificação técnica de Auxiliar em Enfermagem.

b. Diploma: Ao concluir os quatro semestres letivos conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Enfermagem.

XVIII – CÓPIA DO REGIMENTO ESCOLAR E/OU ADENDO COM O RESPECTIVO ATO DE APROVAÇÃO DO NRE

(A finalidade é constatar as normas do curso indicado no Plano)

XIX – ANUÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR DO ESTABELECIMENTO MANTIDO PELO PODER PÚBLICO

(ATA OU DECLARAÇÃO COM ASSINATURAS DOS MEMBROS)

XX - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (DOCENTES)

(O estabelecimento deverá descrever o plano de formação continuada)